



Índice

- 01** [Suspensas liminares de fazendeiros que ocupam terras de índios Tupinambá](#)
- 02** [Policiais são atacados com flechas em confronto com índios, diz coronel](#)
- 03** [Após confusão, governo se compromete em receber índios](#)
- 04** [MPF deveria entrar com ação contra a União que confinou os índios, diz advogado](#)
- 05** [Conflito entre proprietários e indígenas é agravado por demora do governo](#)
- 06** [Índios ateam fogo e ameaçam bombeiros de morte em Amambai](#)
- 07** [Índios fazem protesto na AM 0-70 para pedir posse de terreno invadido](#)
- 08** [Madeireiros invadem aldeia indígena Ka'apor, norte do Maranhão](#)
- 09** [Produtores protestam contra o fechamento da reserva indígena no sul do estado](#)
- 10** [UFSCar recebe Encontro Nacional de Estudantes Indígenas nesta 2ª feira](#)



Suspensas liminares de fazendeiros que ocupam terras de índios Tupinambá
SÍTIO CEDEFES, 31.08.2013

Vitória/BA – Suspensas liminares de fazendeiros que ocupam terras de índios Tupinambá

Nove liminares de ações de reintegrações de posse em favor de fazendeiros que estão em conflitos há quase um mês com índios tupinambá em Buerarema, no sul na Bahia, foram suspensas pela Justiça Federal de Ilhéus, dando vazão para que indígenas permaneçam nas fazendas ocupadas [sic] por eles.

As propriedades estão ocupadas [sic] desde o início do ano, quando os índios começaram o movimento que chamam de "retomada", em reivindicação a uma área de 47,3 mil hectares que dizem [sic] ser indígena, situada entre os municípios de Buerarema, Una e Ilhéus. Mais de 80 fazendas já foram ocupadas [sic].

As decisões de suspensão das liminares, dadas no meio da semana e que garantem a permanência de cerca de 500 índios nas terras ocupadas [sic], ocorreram em razão de ações da Advocacia-Geral de União em Ilhéus, que vem atuando em defesa dos índios. A Polícia Federal (PF) já havia cumprido reintegrações de posse em seis propriedades. Outras 20 fazendas aguardam decisão da Justiça sobre o pedido de reintegração.

O presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Ilhéus, Una e Buerarema, Luiz Henrique Uaquim da Silva, disse nesta sexta-feira que a entidade contratou três advogados para recorrer das decisões suspensas. "Vamos correr atrás de nossos direitos [sic], até a última instância", afirmou.

Segundo Luiz Henrique, nos próximos dias ocorrerão reuniões com o governo federal para tentar resolver a situação. Para ele, os conflitos serão resolvidos "mais pela política que pela Justiça". "Vamos tentar acordos. Queremos que a demarcação atual seja cancelada e seja feita outra", disse.

Projeto de lei

Nesta sexta-feira, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) divulgou nota informando que a presidente da entidade, senadora Kátia Abreu (PSD-TO), apresentará na segunda-feira projeto de lei determinando que áreas invadidas não possam ser demarcadas nos três anos subsequentes. "É a ordem, a segurança jurídica que nós esperamos do nosso governo", disse a senadora, denunciando a ação de "entidades e organismos internacionais disfarçados com passaporte brasileiro" [sic], que estariam usando índios para insuflar uma guerra falsa [sic].

CONT.



No sul da Bahia, a área de maior tensão entre índios e fazendeiros é na Serra do Padeiro, em Buerarema, onde 32 fazendas foram invadidas [sic]. Já houve queima de casas de índios no local, mas sem feridos. Nesta sexta-feira, a PF informou que uma motocicleta roubada foi encontrada numa área ocupada por indígenas, mas ninguém foi preso.

O cacique Val Tupinambá disse que os índios estão dispostos a continuar as ocupações. Além de conflitos com os fazendeiros, também há problemas com dois assentamentos rurais, ambos situados em Buerarema. Um dos assentamentos, o Ipiranga, está dentro da área que seria indígena; o outro, na beira.

A reportagem tentou falar por várias vezes com o chefe do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Ilhéus, Elias Jacob, mas ele não foi localizado no órgão nem atendeu ao celular. Uma funcionária do Incra informou que os assentamentos são ligados ao Movimento de Luta pela Terra (MLT).

Lideranças do MLT na região também não foram localizadas. Segundo o Incra, em cada assentamento há cerca de 40 famílias. "Há famílias de índios e não índios. Já dissemos que só vão ficar índios na área que foi demarcada, e que os outros têm de sair", declarou o cacique Val Tupinambá.

Desabrigados

De acordo com a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Ilhéus, Una e Buerarema, por causa das invasões [sic] dos índios ao menos 150 famílias estão desabrigadas. Cerca de 100 pessoas estão acampadas há duas semanas na praça em frente a prefeitura da cidade, em busca de uma solução.

Na área que os índios reivindicam [sic] estão cerca de 600 fazendas. A demarcação da área foi concluída em 2007 pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que aguarda publicação do estudo por parte do Ministério da Justiça.

Desde a intensificação dos conflitos, já houve diversas ocorrências. Seis veículos (quatro do governo da Bahia, um do governo federal e um particular) e oito casas de índios foram incendiados em protestos [por não indígenas]. Houve saques e depredação de lojas prédios públicos e particulares [por não indígenas]. Trezes pessoas foram presas por causa dos atos de vandalismo [por não indígenas]. Uma fazenda foi atacada por índios com coquetéis molotov [sic]. Fazendeiros e índios trocam acusações de que o lado oposto está armado, mas ninguém ainda foi preso por porte ilegal de arma [sic].

Fonte: Mário Bittencourt, de Vitória da Conquista para Terra



Policiais são atacados com flechas em confronto com índios, diz coronel
SÍTIO G1/RS, 30.08.2013

*Pelo menos quatro policiais e um indígena sofreram ferimentos, diz a BM.
Manifestantes protestam em frente ao Palácio Piratini desde quinta (29).*

Pelo menos um manifestante e quatro policiais militares ficaram feridos durante um confronto entre indígenas e a Brigada Militar na tarde desta sexta-feira (30) em frente ao Palácio Piratini, no centro de Porto Alegre. Depois de um ato que começou pacífico pela manhã, os índios atiraram flechas na direção dos policiais, diz a corporação.

"O cacique começou a fazer uso da palavra e disse que iam invadir o Piratini. Os que estavam mais atrás derrubaram os gradis, e a polícia mandou que recuassem. Foi quando começaram a atirar flechas, lanças e pedras contra a Tropa de Choque", afirmou o comandante do Comando de Policiamento da Capital (CPC), coronel João Diniz Godoy, à Rádio Gaúcha.

Segundo o coronel, a Brigada Militar reagiu com bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo. Não foram usadas balas de borracha, garante a polícia. Entre os feridos, de acordo com a BM, está um policial que teve o pé atravessado por uma lança. Um indígena foi atendido pelo Samu no local e levado ao Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre.

Os indígenas estão acampados em frente ao Palácio Piratini desde a tarde de quinta-feira (29). Eles reivindicam uma audiência com o governador Tarso Genro para tratar da demarcação das terras indígenas no estado. Na manhã desta sexta (30), eles receberam o apoio de professores, estudantes e sindicalistas, que se uniram ao protesto na capital gaúcha.

Após o conflito, o governo gaúcho convocou uma entrevista coletiva no Palácio Piratini. O chefe da Casa Civil, Carlos Pestana, disse que o governo está aberto ao diálogo com os indígenas, mas que a questão da demarcação das terras é atribuição da União e não do estado.

Uma reunião para tentar resolver o impasse foi marcada para a próxima quarta-feira (4) entre representantes do governo estadual, do Ministério Público, da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e uma comissão formada por 30 caciques e líderes de comunidades quilombolas.



Após confusão, governo se compromete em receber índios

SÍTIO CORREIO DO POVO, 31.08.2013

Grupo teria tentado invadir o Piratini e foi contido pela Brigada Militar

Após conflito entre a Brigada Militar (BM) e indígenas que estão acampados em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre, na tarde dessa sexta-feira, o chefe da Casa Civil, Carlos Pestana, e o chefe de gabinete do Governador, Ricardo Zamora, propuseram uma reunião com representantes dos índios e quilombolas para a próxima quarta-feira. O grupo reivindica a demarcação de terras no Estado.

O governo gaúcho também deve convidar para o encontro representantes do Ministério Público Federal (MPF), do Ministério da Justiça, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Conforme o Executivo, o confronto começou depois que um grupo de índios derrubou os gradis que faziam o isolamento do Palácio Piratini e ameaçaram invadir o prédio. Para conter a multidão, a BM utilizou bombas de gás lacrimogêneo. Cinco PMs ficaram feridos e foram atendidos por uma ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

Mas segundo um dos líderes da mobilização, o cacique Luiz Salvador, da comunidade indígena de Rio dos Índios de Vicente Dutra, houve abuso da BM. Ao menos quatro indígenas ficaram feridos. Um adulto, uma criança e dois adolescentes, intoxicados pelo gás lacrimogêneo.

Porém, conforme o titular do Comando de Policiamento da Capital (CPC), coronel João Luís Prates de Godói, não houve confronto, e os instrumentos utilizados pela BM serviram apenas para afastar os índios que ameaçavam invadir o Piratini. Segundo o comandante, flechas, pedras e lanças foram jogadas contra os PMs.



MPF deveria entrar com ação contra a União que confinou os índios, diz advogado
SÍTIO RONDA DO MS, 31.08.2013

“O MPF (Ministério Público Federal) deveria entrar com ação contra a União e a Funai (Fundação Nacional do Índio), que confinou os índios e não contra a empresa Gaspem Seguranças Ltda”. A frase é de Newley Amarilla advogado de Ricardo Bacha, dono da fazenda Buriti, que fica em Sidrolândia, onde morreu o índio Oziel Gabriel durante reintegração de posse.

O MPF pede na Justiça Federal a dissolução e cancelamento do registro da empresa Gaspem, acusada de executar ataques contra indígenas na região Sul do Estado. Na denúncia, consta que a empresa é uma “milícia privada”, que atua em ações que resultaram em dezenas de feridos e na morte de duas lideranças: Dorvalino Rocha e Nízio Gomes.

“Só me chama a atenção o MPF propor uma ação contra a Gaspem, a única que pode defender os proprietários de terra dos índios”, afirma o advogado, acrescentando que o MPF deveria propor uma ação para investigar que confinou os índios.

Segundo Newley, o MPF quer responsabilizar quem não tem nada a ver com a questão de terras indígenas. “A Gaspem existe porque tem demanda”, finaliza.

Contra a Gaspem, o MPF lista uma série de irregularidades: contratação de vigilantes terceirizados sem curso de formação, porte ilegal de armas, falta de treinamento para manuseio de armamento não letal e fraudes administrativas.

A empresa está registrada em nome da esposa e filha de um ex-servidor público estadual da área de segurança pública, inabilitado para exercer a função, mas, conforme a denúncia, é efetivamente por ele administrada. Conforme o processo, o proprietário de fato da empresa é Aurelino Arce, que responde judicialmente por falsidade ideológica.

Por registrar antecedentes criminais, ele não poderia ser administrador da empresa de segurança privada, nem sequer empregado dela, de acordo com portaria da Polícia Federal (PF). Contudo reconhece em juízo que comanda as atividades da Gaspem.

Para o site Dourados Agora, o advogado da Gaspem, Maurício Rasslan, contestou as acusações e disse que a empresa tem atividade lícita no mercado. Segundo ele, tanto a empresa como os funcionários têm a autorização do Ministério da Justiça e da Polícia Federal para executar serviços na área de segurança particular.

Campo Grande News



Conflito entre proprietários e indígenas é agravado por demora do governo
SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 31.08.2013

A demora do Estado Brasileiro em reconhecer e demarcar todas as terras indígenas garantidas pela Constituição Federal de 1988 é responsável pela crescente tensão no campo entre indígenas e produtores rurais. Este foi um dos pontos de consenso entre os debatedores presentes no Fórum Soja Brasil realizado na noite desta quinta, dia 29, na Expointer 2013, em Esteio (RS). Com o tema 'Questão Indígena e Justiça Social', o debate reuniu parlamentares e lideranças de produtores rurais e indígenas na Casa RBS, com apresentação do jornalista João Batista Olivi.

Mesmo com alguns momentos de discussão mais acirrada e de tensão entre os participantes, um dos pontos de consenso foi de que todos os presidentes brasileiros desde a promulgação da Constituição protelaram o enfrentamento da questão da demarcação das terras indígenas, garantida pelo Artigo 231.

– Cada conflito hoje em curso tem um nome: se chama Dilma Rousseff. Já foi Lula, já foi Fernando Henrique Cardoso, já foi Fernando Collor, todos têm responsabilidade. E hoje a presidente não recebe a gente para dialogar sobre esse problema – disse o deputado federal Jerônimo Goergen (PP/RS), que preside a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (Cindra).

O coordenador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Litoral Sul, João Maurício Farias, que esteve no debate representando a presidente interina do órgão, Maria Augusta Assirati, concordou com a avaliação do deputado sobre a origem do problema.

– O Brasil tem uma dívida histórica com os povos indígenas, um passivo de mais de 500 anos. Felizmente, ou lamentavelmente, coube a nossa geração enfrentar este passivo. Os conflitos que estão aparecendo não são invenção da Funai. A partir de 1988 era para o Estado resolver em cinco anos, e não fez. Está fazendo agora – disse Farias.

PEC 215

Mas o problema não está apenas nessa demora para os governos lidarem com a questão. O advogado Rudy Ferraz, consultor jurídico da Frente Parlamentar da Agropecuária, expôs que os proprietários sentem uma grande insegurança jurídica neste momento, no tocante ao processo de demarcação de terras indígenas, pois não têm acesso a este processo durante seu andamento e, depois de concluídos os estudos para demarcação, têm pouco tempo para se manifestarem a respeito.

– O grande problema está no processo de demarcação em si, que é arbitrário. A gente não consegue ter acesso aos documentos. São anos para elaborar um laudo antropológico e depois
CONT.



um prazo de apenas 90 dias para os produtores e outros afetados contestarem. É este procedimento obscuro que causa o conflito – argumentou.

O advogado afirma que o processo de demarcação de terras indígenas tem um forte componente subjetivo e questiona o fato de um laudo de um antropológico ter mais validade do que um título de propriedade concedido pelo mesmo Estado. A saída vista pela Frente Parlamentar é a alteração da Constituição. Para isto, está em tramitação no Congresso Nacional desde 2000 a Proposta de Emenda à Constituição 215, que inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas.

– Nós entendemos que a PEC 215 é uma maneira que trazer também para o Congresso Nacional a deliberação. Seguem-se todos os ritos, mas antes de passar para a presidente, o Congresso poderá discutir esse tema – defende o deputado federal Luis Carlos Heinze (PP/RS), que também defende que o processo de demarcação não seja exclusividade da Funai, mas envolva outros órgãos, como a Embrapa.

Maurício Gonçalves, coordenador do Conselho de Articulação do Povo Guarani no Rio Grande do Sul, concorda que o governo demorou – e ainda demora – demais para enfrentar a questão da demarcação das terras indígenas. Mas defende que os direitos dos povos tradicionais é anterior aos títulos de propriedade privada.

– Nosso direito é anterior a essas leis criadas pelos brancos, os indígenas já estavam aqui. É esse reconhecimento que nós queremos, para viver com dignidade, conforme os costumes dos nossos povos, e não na beira de estradas, embaixo de lonas.

O representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Roberto Liegbott, reforçou o argumento de Gonçalves, lembrando que ainda há centenas de famílias guaranis e caingangues que vivem em acampamentos de beira de estrada na região Sul.

– Nós temos famílias indígenas que nasceram e se criaram na beira de estrada, isso não é justiça social. As terras que eles reivindicam, não o fazem agora, mas há muito tempo. Vivemos esse conflito em função de um estímulo histórico do governo federal, que protela a solução.

Mudanças necessárias

Além das mudanças no processo de demarcação, os produtores rurais defendem mudanças na forma de indenização aos proprietários afetados pela demarcação que perdem suas terras. A Constituição determina que, ao decretar uma área como terra indígena, os títulos de propriedade ou posse ali existentes são nulos ou extintos e, por isso, não geram direito à indenização pela terra nua. A única hipótese admitida de compensação aos proprietários rurais é em relação a benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

Em Mato Grosso do Sul, onde os conflitos entre produtores e indígenas já resultaram em violência de ambos lados, o governo se propôs a comprar terras para resolver as tensões. Para
CONT.



o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado (Famasul), Eduardo Riedel, esta é uma forma de enfrentar o problema, mas dificilmente resolverá todos os conflitos. Ele defendeu que, para evitar as tensões provocadas pelas invasões, a mesma regra que vale para a reforma agrária deveria valer para a demarcação de terras indígenas.

– Uma área invadida não pode ser desapropriada para reforma agrária, porque o governo entendeu que isso é uma agressão. A regra deveria valer também para as terras indígenas – propôs Riedel.

O dirigente ainda complementou: – Nós entendemos que há uma interpretação equivocada da Constituição. A lei, à época, tinha um espírito, foi sendo interpretada e acabou nesse conflito que é um conflito entre dois direitos, o dos indígenas e o direito de propriedade. Em algum momento o governo vai ter que se pronunciar sobre isso.

João Maurício Farias, da Funai, concorda que é necessário enfrentar estes problemas legais para resolver os conflitos e acelerar o processo, e diz que já houve tentativas do governo federal de legislar de modo a permitir a indenização. Segundo ele, o senador Eduardo Suplicy teria proposto uma emenda para isto, mas durante a discussão no Congresso, ela sofreu alterações que descaracterizariam o processo.

– A emenda foi extravasada para liberar indenização até de grilagem de terras na Amazônia e o governo teve que voltar atrás. A indenização é um problema? Sim, e a gente tem que enfrentar, mas não assim.

Para o deputado Jerônimo Goergen, no entanto, mudar partes do processo não basta.

– O governo tem falado que vai alterar a regra, envolvendo outros órgãos. Não é solução, mesmo envolvendo mais órgãos segue sendo uma medida administrativa. Temos que mudar a regra, mudar a Constituição.

Participaram do debate o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) Eduardo Riedel; o presidente da Aprosoja-RS e prefeito de Tapera (RS) Ireneu Orth; os deputados federais Jerônimo Goergen, Luis Carlos Heinze e Alceu Moreira; o advogado Rudy Ferraz, consultor jurídico da Frente Parlamentar da Agropecuária; o coordenador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Litoral Sul, João Maurício Farias; representante do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Roberto Liegbott e o coordenador do Conselho de Articulação do Povo Guarani no Rio Grande do Sul, Maurício Gonçalves.



Índios ateiam fogo e ameaçam bombeiros de morte em Amambai

SÍTIO A GAZETA NEWS, 01.09.2013

Vilson Nascimento

Após atear fogo na vegetação seca, um grupo de pelo menos quatro indígenas armados com foice e aparentemente sob influência de substâncias como álcool ou drogas, acabou ameaçando militares do Corpo de Bombeiros de morte, na tarde desse sábado, 30 de agosto, em Amambai.

Segundo os bombeiros, a equipe foi acionada por moradores da região para combater um foco de incêndio que iniciou no interior da Aldeia Amambai e ameaçava atingir sítios da região conhecida como "João Fetter".

Ao chegar no local, onde a reserva indígena é separada das propriedades privadas por apenas um riacho, os bombeiros montaram uma barreira de contenção para barrar o avanço do fogo e passaram a combater o incêndio florestal com o emprego de abafadores.

Após mais de uma hora e meia de trabalho, a equipe foi alertada por moradores que enquanto o fogo era combatido de um lado, dois indígenas de aparência jovem, ateavam fogo do outro com uma espécie de provocação.

Diante da situação, os militares apenas mantiveram a barreira para impedir que o fogo atingisse os sítios lindeiros e deixaram que as chamas se espalhassem do lado da reserva indígena.

Em dado momento os dois guarani-kaiowá, todos tatuados, usando "tocas ninjas" e trajes semelhantes aos usados por gangues de grandes centros, companhia de outros dois índios armados com foices, que havia saindo de um capão de mato situada na região, teriam se aproximado dos militares dizendo que eles não eram brasileiros e sim indígenas e que os matariam caso os bombeiros voltassem a entrar no interior da aldeia indígena para combater o incêndio.

Diante da situação os bombeiros solicitaram apoio da Polícia Militar, que enviou uma guarnição para o local.

Segundo o Corpo de Bombeiros, a equipe manteve a posição no local até que o fogo se dissipasse e não oferecesse maiores riscos aos moradores da região.

Problema Grave

A entrada e o consumo de bebida alcoólica e drogas ilícitas como o crack e a maconha na

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 158 / 2013

Brasília, 02 de setembro de 2013.

Aldeia Amambai, principalmente por parte da juventude, vem gerando violência e tem sido motivo de grande preocupação por parte das lideranças indígenas da reserva indígena local, que abriga cerca de 9 mil índios da etnia guarani-kaiowá.

O cacique (capitão) da reserva indígena, Italiano Vasque, tem levado o problema ao conhecimento das autoridades estaduais e federais, inclusive levando o tema ao debate junto ao Conselho Comunitário de Segurança de Amambai, mas nenhuma atitude efetiva tem sido tomada pelos órgãos competentes para resolver a questão.

Fonte: A Gazeta News



Índios fazem protesto na AM 0-70 para pedir posse de terreno invadido
SÍTIO PROCASA, 31.08.2013

Mais de 2 mil pessoas entre índios e não índios que ocupam há mais de dois meses um terreno particular e da prefeitura de Iranduba (a 27 quilômetros de Manaus), localizado no quilômetro 5 da rodovia Manoel Urbano (AM-070), realizaram, nesta sexta-feira (30), uma manifestação próximo a Ponte Rio Negro, para pedir a posse definitiva da terra.

De caras pintadas e com arcos, flechas e lanças nas mãos, os índios das etnias Miranha, Cocama, Ticuna, Cambeba, Macuxi, Uai-Uai, Maraguá, Caceteiro, Sateré-Mauwé, Mundurucu, Mura e Apurinã, acompanhados de não indígenas que também ocupam o terreno invadido, interditaram os dois lados da rodovia, por cerca de duas horas, prejudicando o trânsito no local, até serem retirados pela polícia de forma pacífica.

Conforme o prefeito de Iranduba, Xinaik Silva Medeiros, o terreno invadido mede aproximadamente 50 mil metros quadrados. A prefeitura conseguiu junto à justiça, uma liminar que determina a retirada dos invasores em 72 horas. Caso não seja cumprido a prefeitura vai entrar com uma ação pedindo a reintegração de posse do terreno.

Os manifestantes deixaram o local após intervenção da Polícia Militar, que utilizou um efetivo de mais de cem policiais divididos entre o Comando de Polícia Especializado (CPE), Ronda Ostensiva Candido Mariano (Rocam), Força Tática, Canil, 8ª Companhia Independente da Polícia Militar (8ª CIPM) de Iranduba, além de um helicóptero, para conter os manifestantes que pretendiam chegar até a Ponte Rio Negro.

O cacique da etnia Miranha e presidente do Movimento Indígena Para uma Vida Melhor, Augusto Miranha, permitiu pela primeira vez, a entrada da imprensa na área invadida. No local já foram construídos mais de 3 mil barracos de madeira e os ocupantes continuam a limpar os terrenos para construção barracos.

"Viemos cobrar terra e moradia. Vieram máquinas e desmataram, em seguida retiraram barro e areia para construir a ponte, e não fizeram nada. Nós construímos moradias e nos acusam de agredir o meio ambiente", justificou.



Madeireiros invadem aldeia indígena Ka'apor, norte do Maranhão

SÍTIO REVISTA MISSÕES, 31.08.2013

Cerca de 50 madeireiros invadiram a aldeia Gurupiuna, Terra Indígena Alto Turiagu, do povo Ka'apor, município de Centro do Guilherme, norte do Maranhão. Na aldeia Gurupiuna vivem sete famílias, num total de 48 pessoas. A aldeia foi invadida na última segunda-feira, dia 26.

Na invasão, os madeireiros agrediram o indígena Gonito Ka'apor, que somente nesta terça, 27, conseguiu sair da aldeia para fazer exame de corpo delito. O Ka'apor tentou registrar ocorrência na cidade de Governador Nunes Freire, mas não conseguiu porque o delegado responsável não estava.

A ação dos madeireiros é em represália a fiscalização e apreensão de caminhões madeireiros empreendidas pelos indígenas no próprio território tradicional. No ato da invasão da aldeia Gurupiuna, os invasores amarraram e bateram em indígenas, saquearam plantações e levaram animais.

Sem os órgãos públicos responsáveis pelas fiscalizações atuando, os Ka'apor não vêem alternativa a não ser a própria comunidade impedir a ação depredatória. Segundo as informações dos indígenas, os madeireiros queimaram duas casas e agrediram indígenas. O povo denuncia também o desaparecimento de uma indígena Awá, próximo ao rio Turi, perto da aldeia Cocal.

O clima é tenso na região. Os Ka'apor temem novas invasões. As famílias buscam refúgio no mato como esconderijo. Com medo de novas invasões, indígenas estão sem sair de suas aldeias. Segundo informações, a Polícia Federal, IBAMA e Exército se deslocaram para a região.

Desde julho os indígenas Ka'apor, da aldeia Zé Gurupi, comunicavam a ação dos madeireiros, que se organizavam para atacar a terra indígena por conta da Operação Hiléia, que fechou várias madeireiras e apreendeu caminhões na região.

Fonte: www.cimi.org.br



Produtores protestam contra o fechamento da reserva indígena no sul do estado
SÍTIO FOLHA BV, 01.09.2013

Produtores rurais, piscicultores, empresários do ramo de transporte e demais entidades ligadas ao setor produtivo de Roraima iniciaram hoje um movimento pacífico para chamar a atenção da sociedade e das autoridades contra o fechamento da reserva indígena Waimiri Atroari durante 12 horas, que segundo eles, impede o bom andamento de seus negócios.

Os produtores vão fazer o protesto durante toda essa semana, que se comemora a independência do Brasil, em frente ao prédio da Justiça Federal, até a manhã do dia 7 de Setembro. Todas as manhãs eles vão cantar o hino nacional do Brasil.

Conforme os produtores, o movimento vai ser pacífico e ordeiro apenas com a intenção de dar apoio à Justiça Federal de Roraima que já concedeu uma decisão favorável à retirada da corrente que fecha o tráfego na BR-174, no Km 600, sentido Boa Vista – Manaus, no Jundiá, região do estado.

A decisão da Justiça Federal, conforme os manifestantes, foi dada a uma ação impetrada pelo governo do estado de Roraima que solicitava o fim do fechamento da rodovia, no horário das 18h às 6h, alegando principalmente o direito constitucional de ir e vir.

“Há 40 anos nós vivemos impedidos de transitar por causa de uma corrente que ninguém sabe ao certo a origem dela. Ela não existe legalmente, nós respeitamos porque o povo roraimense é pacífico, mas chega uma hora que não dá mais para aguentar”, disse o produtor Eugênio Thomé, uma das lideranças da manifestação.

Ele informou que decidiram participar do movimento diversas cooperativas do estado dentre elas a de empresários do transporte (Coopertran) e de transporte de combustíveis, dos piscicultores, agrícolas como a Cooperfar e Cooperhorta, de arroteiros e empresários do comércio varejista.

Alguns prejuízos apontados pelos produtores estão relacionados ao atraso que o fechamento da rodovia causa aos diversos segmentos produtivos. “E o atraso na entrega de produtos, consequentemente, aumenta o preço para o consumidor, onera o custo porque ao invés de fazer duas viagens no dia, o produtor só pode fazer apenas uma. Tem que ficar a metade do dia parado ou correr feito louco tentando chegar a tempo de atravessar a reserva”, explica Thomé.

O produtor do ramo de piscicultura, Paulo Acordi, contou à reportagem que é preciso perder um dia de trabalho para conseguir vender o peixe produzido em Roraima, na feira de Manaus.

Conforme Acordi, a venda de peixe para os empresários em Manaus acontece no período da
CONT.



madrugada, das 3h às 8h da manhã. “Quando os peixes de Roraima chegam em Manaus já terminou a feira do dia e precisa esperar o outro dia, com o produto no sol quente para pegar a próxima feira”, contou o piscicultor.

RODOVIA FECHADA

O que se sabe sobre o fechamento de uma extensão de 123 quilômetros da BR-174, no período das 18h às 6h, é que teria sido determinado, na década de 70, devido aos conflitos ocorridos entre índios e não índios durante sua construção, com o controle de entrada exercido pelo Exército Brasileiro.

A justificativa para o impedimento era evitar conflitos armados e atropelamentos de índios e animais dentro da reserva durante a noite. Em 1999, com o asfaltamento da rodovia, a fiscalização passou aos índios.

Diante dessa situação, o governo do estado de Roraima entrou com uma ação na Justiça Federal contra o bloqueio em junho de 2008.

Em 2011 a Justiça determinou um estudo ambiental e antropológico na região para apontar se haveria impactos culturais aos indígenas, ou ambientais à fauna e à flora da reserva com a liberação do tráfego 24h.



UFSCar recebe Encontro Nacional de Estudantes Indígenas nesta 2ª feira
SÍTIO G1/SÃO CARLOS E REGIÃO, 01.09.2013

Evento reunirá mais de 300 estudantes de 45 etnias brasileiras. Abertura ocorre às 19h no Teatro Universitário Florestan Fernandes.

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) recebe nesta segunda-feira (2) o I Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (ENEI). O evento, que segue até sexta-feira (6), reunirá mais de 300 estudantes de graduação e pós-graduação de 45 etnias brasileiras, bem como estudantes não indígenas. A abertura está marcada para as 19h no Teatro Universitário Florestan Fernandes.

A programação do encontro inclui mesas compostas integralmente por lideranças indígenas para discutir temáticas relacionadas ao ensino superior. Serão apresentados também trabalhos realizados por estudantes de diversas instituições sobre educação, saúde, políticas públicas e tecnologias, voltados para as questões atuais dos povos indígenas brasileiros. Os eventos poderão ser acompanhados pela internet. Para acessar, basta preencher o campo "convidado" no horário marcado.

Durante os dias do evento, serão realizadas diversas atividades culturais. Apresentações de música, dança e teatro estão previstas para os dias 3 e 4, durante a Tenda Cultural, na própria UFSCar. Ocorrerá ainda a exposição e venda de artesanatos trazidos pelos participantes do ENEI e duas exposições fotográficas que retratam povos indígenas do Brasil, no saguão da reitoria e no Teatro Universitário Florestan Fernandes.

No encerramento do encontro, na sexta-feira, será realizado um fórum para a elaboração do documento final do I ENEI e o planejamento dos próximos passos a serem dados.